A disciplina em que Liggio mais se distinguiu foi a História – com particular incidência na história das ideias e instituições legais – mas seria uma imprecisão grosseira descrevê-lo como tendo sido exclusivamente um historiador. O seu conhecimento transcendia barreiras disciplinares e quem com ele conversou pode atestar o seu impressionante à vontade nas mais diversas áreas das ciências sociais e humanidades. Murray Rothbard, ligado por uma profunda e duradoura amizade a Liggio, não exagerou quando escreveu no prefácio à sua obra *Conceived in Liberty* que a sua maior dívida de gratidão era para com Leonard Liggio, "cujo conhecimento de abrangência verdadeiramente fenomenal e perspectiva sobre numerosos campos e áreas da história são uma inspiração para todos quantos o conhecem".

Tive a sorte de beneficiar também do conhecimento enciclopédico de Liggio em numerosas ocasiões ao longo dos últimos 12 anos. Foi para mim particularmente importante o estímulo que, juntamente com Alejandro Chafuen, me deu para estudar os autores da chamada escolástica tardia. Uma via que tem originado várias publicações, entre as quais o livro *The Salamanca School* (juntamente com José Manuel Moreira), para o qual Liggio forneceu várias ideias e referências e sobre o qual muito generosamente escreveu: "This work is an important contribution to the history of legal and economic thought.".

POR
André Azevedo Alves
Coordenador do Centro de Investigação e Professor do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa

A constante e aparentemente inesgotável capacidade de Leonard Liggio para encaminhar e ajudar outros a organizar as suas ideias e o seu trabalho terá, paradoxalmente, sido uma das razões principais para que o próprio Liggio, não obstante ter produzido um infindável número de brilhantes palestras, nunca tenha publicado um livro seu. Recordo ainda a sua notável disponibilidade e generosidade quando aceitou – apesar de ter já uma agenda extremamente carregada durante a sua estadia em Londres – um convite que lhe dirigi para uma palestra na London School of Economics em 2005, onde na altura era doutorando e tinha respondabilidades de direcção na LSE Hayek Society.

Leonardo Liggio era também um católico devoto que, ao contrário de outros liberais, nunca viu a fé como estando em conflito com a liberdade. Também neste domínio a abrangência de Liggio estava bem patente no interesse que dedicava ao estudo das raízes do pensamento liberal em diversas tradições religiosas, com destaque nos anos mais recentes para o Islão.

O percurso de vida de Liggio – que incluiu, entre muitos outros cargos, passagens pela presidência da Mont Pelerin Society, da Philadelphia Society e do Institute for Humane Studies, assim como a vice-presidência da Atlas Network, cargo que ocupava actualmente – permitiu-lhe conhecer de perto as outras figuras principais do liberalismo ao longo das últimas décadas. Além da relação de forte amizade com o já referido Rothbard, Liggio integrou por exemplo o seminário privado de Ludwig von Mises e, durante algum tempo, o círculo restrito de intelectuais que se reunia em torno de Ayn Rand. Um dos maiores prazeres de conversar com Liggio era precisamente ouvir os episódios envolvendo estas e outras figuras, que ele contava sempre com impecável elegância, equilíbrio, humor e bonomia.

A bondade era aliás uma das suas mais salientes características pessoais, a que dificilmente alguém ficava indiferente. No mundo académico e dos think-tanks – um meio propício a que tantas figuras menores se coloquem em bicos de pés, compensando em atrevimento e arrogância o que lhes falta em conhecimento e seriedade – Liggio distinguiu-se sempre pela sua generosidade, profundidade e sentido de justiça. ■

in ***Observador***, 18 de Outubro de 2014

1929-2014
José Veiga Simão

No momento em que nos deixou, muito havendo a esperar dele, importa recordar a figura multifacetada de José Veiga Simão, cujo pensamento e obra marcaram indiscutivelmente a vida portuguesa contemporânea.

No momento em que nos deixou, muito havendo a esperar dele, importa recordar a figura multifacetada de José Veiga Simão, cujo pensamento e obra marcaram indiscutivelmente a vida portuguesa contemporânea. Como pessoa, foi o paradigma do beirão. Com ele compreendemos bem Miguel Torga, seu confessado mestre de ideias e sentimentos. "Como aquelas divindades ciosas, que não consentem adoração a mais nenhum poder, só fascinado por elas o peregrino é capaz de caminhar e perceber. Beira quer já de si dizer beira da serra. Mas não contente com essa marca etimológica que lhe sub-

mete os domínios, do seu trono de majestade e esfinge de pedra exige a atenção inteira. Alta, imensa, enigmática, a sua presença física é logo uma obsessão". É Torga quem o diz. Afinal é a Estrela que "comanda, bafeja, castiga e redime. Gelada e carrancuda, cresta o que nasce sem a sua bênção; quente e desanuviada, a vida à sua volta abrolha e floresce".

Sente-se no nosso homenageado a intensidade telúrica desta Serra omnipresente, capaz de construir uma personalidade determinada e voluntariosa, atenta, disponível, incapaz de desistir. Aí deu os primeiros passos, aí tomou contacto com o mundo. Daí partiu para Coimbra, dominado pela presença altiva da Serra. E na Alma Mater, a que sempre ficou ligado até pela sua querida e briosa Académica, soube compreender o que também Torga disse: "e sempre que algum reformador exaltado faz obras e remove estatutos, o instinto da conservação repõe sornamente o musgo secular nas cátedras da sapiência". Para tirar a lição desse risco, Veiga Simão compreendeu as raízes e soube seguir o voo audacioso dos falcões, como o Príncipe Perfeito.

Ministro da Educação Nacional de 1970 a 1974, Veiga Simão, crente na democracia, rompeu com a ideia de que o atraso educativo era uma fatalidade de um país atrasado e pobre. Idealizou, assim, um processo de transição, que retomasse a orientação da Primeira República, interrompida nos anos trinta, alargando a escolaridade obrigatória para oito anos, acabando com uma escolha prematura e discriminatória aos dez anos entre o liceu e o ensino técnico, abrindo o caminho para um ensino secundário, onde houvesse liceus clássicos, liceus técnicos e liceus artísticos. Haveria que prosseguir com mais audácia o Plano do Mediterrâneo da OCDE em que se empenhara o Ministro Leite Pinto. A sociedade portuguesa ir-se-ia democratizar inevitavelmente, havia que a preparar. Igualdade social e diversidade curricular, foram objetivos que Veiga Simão procurou concretizar, rompendo com dúvidas e inércias.

A análise do projeto do sistema escolar de Janeiro de 1971, permite compreender que as principais inovações propostas correspondem à intenção de transformar profundamente a educação envolvendo as seguintes inovações, muitas vezes esquecidas pela voragem dos

Ministro da Educação Nacional de 1970 a 1974, Veiga Simão, crente na democracia, rompeu com a ideia de que o atraso educativo era uma fatalidade de um país atrasado e pobre

tempos: criação da educação pré-escolar oficial; abaixamento da idade de ingresso no ensino primário para seis anos; aumento de um ano na extensão do ensino secundário, compreendendo dois ciclos, cada um com a duração de quatro anos; unificação dos estudos no primeiro ciclo do ensino secundário; extensão da escolaridade obrigatória para oito anos, isto é, até ao final do primeiro ciclo do ensino secundário, correspondente em regra aos catorze anos de idade; uniformização do estatuto de estabelecimentos do segundo ciclo do ensino secundário (clássico, técnico e artístico); introdução de um regime flexível com disciplinas optativas no curso complementar dos liceus; abolição do exame de aptidão para ingresso no ensino superior; criação de institutos politécnicos e escolas especializadas de ensino superior; generalização do grau de bacharel nos estabelecimentos de ensino superior; criação de departamentos de ciências de educação nas universidades e institucionalização de um novo sistema de formação de professores do ensino secundário, bem como possibilidade de continuação de estudos até à obtenção do grau de licenciado, em face das diferentes opções previstas no sistema escolar.

Terminada a escolaridade obrigatória definida em oito anos, seguir-se-iam os cursos gerais do segundo ciclo do ensino secundário com a duração de dois anos. E embora se desejasse que os liceus viessem a revestir um carácter polivalente de forma a que qualquer modalidade normal do ensino secundário pudesse ser ministrada no mesmo estabelecimento de ensino, a verdade é que se reconhecia que, por impossibilidade material, não poderia haver imediata execução desse objetivo. O liceu clássico daria diretamente acesso aos diversos cursos universitários e a outros cursos do ensino superior, mediante a obtenção de classificações mínimas em grupos de disciplinas nucleares, definidas de acordo com o curso a frequentar. O liceu técnico daria acesso a estabelecimentos de ensino superior que proporcionassem a formação correspondente aos vários domínios da atividade pessoal, dando ainda acesso a cursos universitários mediante exigências especiais a definir consoante o caso em apreço. O liceu artístico respeitaria as exigências gerais dos liceus técnicos, relativamente ao acesso às escolas superiores.

Havia, assim, a preocupação de configurar o sistema educativo num sentido moderno e europeu, de modo a contrariar o atraso verificado – e de retomar as preocupações da Primeira República. As orientações do Ministro Leite Pinto, que tinham levado ao aumento da escolaridade obrigatória para quatro anos apenas na segunda metade dos anos cinquenta, e as experiências de cooperação internacional no

POR
Guilherme d'Oliveira Martins
Presidente do Tribunal de contas. Membro do conselho editorial de Nova Cidadania

referido Plano do Mediterrâneo deveriam ser aprofundadas quer na consolidação da escolaridade no combate ao analfabetismo, quer na definição de um plano global de desenvolvimento económico e social.

Veiga Simão afirmou, por isso, emblematicamente:

> *"Um princípio fundamental que não me canso de repetir (...) é o da necessidade de uma autêntica democratização do ensino que, sem exceção, permita a qualquer jovem ocupar na sociedade o lugar que lhe compete em exclusiva dependência da sua capacidade intelectual e sem condicionalismos sociais e económicos".*

Nunca esqueceu, assim, o que Aquilino Ribeiro disse sobre "a inteligência congelada nos ribeiros do interior". Havia que descongelar as inteligências, que abrir as mentes e que dar resposta também aos jovens das periferias das cidades. O País estava a mudar e uma transição para a democracia exigiria a aposta determinada nos diversos níveis de ensino, desde a educação pré-escolar ao ensino superior, à ciência e à cultura. O Plano de Expansão e Diversificação do Ensino Superior assentaria, assim, numa tríade: Universidade, Institutos Politécnicos e Escolas Normais Superiores. A formação de professores deveria ter uma lógica própria, dignidade e exigência especiais. Se Miller Guerra e Adérito Sedas Nunes disseram que a Universidade não se auto reformava, haveria que lançar um conjunto de elementos catalisadores que levassem às mudanças necessárias, que obrigariam à abertura, à democratização e à internacionalização.

O ensino superior estava fechado e demasiado autosuficiente, sem verdadeira consciência das suas limitações. Daí o surgimento das novas Universidades, além da criação da Universidade Católica Portuguesa: Minho, Aveiro, Nova de Lisboa, Beira Interior e Trás-os-Montes e Alto Douro, importando lembrar que Évora assumiu um lugar especial. Era uma Universidade antiga, com velhas tradições e prestigiados mestres, que deveria responder simultaneamente ao desafio de estar próximo da raia, de se situar numa cidade onde a história, a cultura e o património têm uma importância decisiva, de se confrontar com a exigência da renovação da agricultura, do meio ambiente e do paisagismo e de ter de corresponder à emergência do polo de Sines. Daí a criação do

O País estava a mudar e uma transição para a democracia exigiria a aposta determinada nos diversos níveis de ensino, desde a educação pré-escolar ao ensino superior, à ciência e à cultura

Instituto Universitário, que viria a corresponder plenamente à vocação complexa que lhe foi atribuída. Se havia que transformar o sistema, demasiado fechado e incapaz de dar passos decididos sem um impulso reformista, o certo é que Veiga Simão tinha uma consciência muito clara de que havia que apostar numa geração jovem ciente da importância do planeamento educativo, que apontava para a profunda transformação social e económica de que o País necessitava no sentido do desenvolvimento, da educação, da cultura e da investigação científica. E havia que abrir novas perspetivas. Foi o tempo de Gabinetes de Estudos e Planeamento e dos seus colaboradores de excecional qualidade como, entre tantos outros: Adelino Amaro da Costa, António de Sousa Franco, Emílio Rui Vilar, Alfredo de Sousa, José Pedro Martins Barata, Alberto Ralha, Teresa Ambrósio, Pedro Roseta, Roberto Carneiro ou Orlando Ribeiro. Havia que fazer estudos, realizar inquéritos e projeções demográficas, fazer diagnósticos e lançar mudanças. Tratava-se de assumir a ideia moderna de que não há reformas sem sólido estudo. Devo invocar ainda a importância atribuída à política cultural por Veiga Simão. Tratava-se de entender a cultura como fonte de desenvolvimento e como fator de abertura e de liberdade. A Direção-Geral dos Assuntos Culturais, o Fundo de Fomento Cultural, a Comissão para a Política Cultural, são iniciativas que anteciparam a ideia de transição democrática, contando com a participação de pessoas de horizontes diversos e largos e com liberdade de espírito, como António Alçada Baptista, Ruben Andresen Leitão, Miller Guerra, Luís Filipe Lindley Cintra ou Maria de Lourdes Belchior. E, neste ponto, recorde-se a importância de Vitorino Nemésio como referência neste apontar de linhas de futuro, ao propugnar por uma "união teleológica do saber" que, para Veiga Simão, deveria afirmar-se no Ensino, como exigência do valor da aprendizagem, na Investigação Científica, como marca de cooperação entre centros de inteligência e de descoberta, e na Cultura, como sinal de inovação e criatividade. E se referi Nemésio, devo citá-lo, na sua expressão poética, apelando a esse necessário e urgente diálogo inter e transdisciplinar: "Eurátomo de Europa, / Sem núcleo, / Neutrão sem massa, / Erva de Átila em que tudo calca e passa, / Tu, que deste a cabeça ao Toiro / E a Jove a mão, / Onde puseste o estéril coração?". O diálogo entre saberes foi para o Professor Veiga Simão uma exigência permanente, do mesmo modo que o seu humanismo universalista reclamava a cooperação internacional.

Como afirmou Miller Guerra, na Assembleia Nacional, estava em causa a abertura necessária à sociedade moderna: "Não tenhamos medo de perder a nossa independência cultural, não tenhamos medo de nos abastardarmos, pensando por figurinos estrangeiros. Não tenhamos medo disso na cultura, na investigação, na tecnologia. O génio próprio português não consente nessa cópia, consiste na tradução, na transformação e na aplicação de todos esses conhecimentos à realidade portuguesa, para que ela por fim dê o arranque e comecemos a ser uma sociedade verdadeiramente moderna e europeia (...) Nós nunca fomos, através da nossa história, mais portugueses do que no século XVI. Também nunca fomos tão europeus. A europeização não é o contrário de portugalização".

O percurso de Veiga Simão, a sua capacidade de prever e planear, de formar equipas, de pensar o futuro tornam-no uma referência da transição democrática portuguesa, com uma vivacidade, uma determinação e um entusiasmo que o mantêm na primeira linha da capacidade de ligar as propostas audaciosas à metamorfose social que se desenvolve. A educação e a formação, o ensino técnico-

-profissional, a economia, a qualidade, a concorrência, a produtividade são temas que se articulam naturalmente – mas é a formação das pessoas, de cidadãos livres e responsáveis que sobretudo importa considerar. Licenciado em Ciências Físico-Químicas na Universidade de Coimbra, obteve os Doutoramentos em Física Nuclear pela Universidade de Cambridge no Cavendish Laboratory, sobre a estrutura dos núcleos leves, e em Ciências Físico-Químicas pela Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra. Havia, afinal, que partir da antiga Coimbra para a investigação avançada num dos mais prestigiados centros de ponta. Seguiu, assim, o melhor conselho do velho Duque de Coimbra, D. Pedro das Sete Partidas, que aconselhava seu irmão D. Duarte a pensar na reforma portuguesa, colocando os nossos estudantes e mestres em contacto com o que de mais avançado se estuda e investiga no mundo. Em 1961, assume a cátedra da Universidade de Coimbra. Dois anos depois é nomeado reitor da Universidade de Lourenço Marques, em Moçambique, cargo que desempenha até 1970. Essa foi uma oportunidade excecional para revelar as suas qualidades de organizador, de reformador, de construtor de instituições e de delineador de intervenções de desenvolvimento humano. Hoje compreendemos a importância fundamental desse desempenho, até pela força irradiante da equipa que então o acompanhou.

Aquando da institucionalização da democracia portuguesa, em coerência com o seu empenhamento ativo pela mudança do País, é embaixador de Portugal nas Nações Unidas – reconhecimento singular da sua independência e genuíno sentido de cidadania. Durante a sua passagem pelos Estados Unidos, foi visiting fellow da Universidade de Yale e orientou colóquios sobre sistemas de Educação comparados, sendo consultor do National Assessment and Dissemination Center, além de ter exercido funções de diretor da Portuguese Heritage Foundation. Numa carreira de exercício público a merecer especial atenção e elogio, encontramos o Professor Veiga Simão como Ministro da Indústria e Energia de 1983 a 1985, como Presidente do Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (1978-1983, 1985-1992) e Ministro da Defesa Nacional em 1997. Não é possível resumir aqui uma excecional lista de funções da maior responsabilidade, nas quais pôs sempre o melhor da sua inteligência, conhecimento, imaginação, generosidade e compreensão.

Com a lucidez que lhe conhecemos, o Professor Veiga Simão leu com muita atenção os objetivos formulados por Ítalo Calvino para o Novo Milénio, em que já nos encontramos. E o seu percurso de cidadão exemplar, de cientista, de professor, de sonhador e de construtor de futuros tem de ser visto à luz dessas propostas audaciosas. Leveza, Rapidez, Exatidão, Visibilidade, Multiplicidade e Consistência – eis o que importa considerar no compromisso permanente de construir uma sociedade melhor, capaz de pôr em primeiro lugar a eminente dignidade da pessoa humana. O futuro de Portugal depende da qualidade e da exigência na aprendizagem. E, assim, a educação, a cultura e a ciência ligam-se íntima e naturalmente de modo que a aprendizagem seja fator de sabedoria e de justiça, a criatividade e a inovação fulcro para colocar a natureza ao serviço de todos e o conhecimento e a crítica como modos de respeito e compreensão. ■

1917-2014
Maurice Duverger

A notícia da morte de Maurice Duverger passou quase despercebida, contrastando com a grande influência que teve sobretudo nos anos cinquenta a setenta.

POR
Guilherme d'Oliveira Martins
Presidente do Tribunal de contas. Membro do conselho editorial de Nova Cidadania

Professor em Poitiers (1942-1943), Bordéus (1943-1955) e em Paris-I (1955-1985), foi aí o grande animador do Instituto de Estudos Políticos da rue de Saint-Guillaume. Depois de 1946, a forte ligação ao diretor do «Le Monde» Hubert Beuve-Méry permitiu-lhe encontrar uma tribuna que se tornou decisiva para a transição do parlamentarismo da IV República para a solução encontrada em 1958 com o General De Gaulle. Em 1951 o seu labor jurídico foi fundamental para que Beuve-Méry tivesse mantido a linha editorial de independência que defendia, não se hipotecando às fragilidades da IV República. Entre 1946